

RESUMO Q9: Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da serra geral em Santa Catarina

Amanda Perin e Gabriela Maria Leme Trivellato
Com contribuições dos grupos e do professor

INTRODUÇÃO: CONTEXTO DA REGIÃO

No estudo, Tatiana Lacerda e Paulo Moruzzi Marques procuram “entender como as famílias agricultoras têm elaborado sua reprodução no âmbito econômico-produtivo (...) e social (...) diante da participação em um projeto de desenvolvimento rural ancorado num desenvolvimento territorial (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 140). Tal projeto é pautado na “construção de políticas e projetos (...) fundados (...) na diversificação das atividades, na produção agrícola orgânica e na valorização da cultura local e tradicional” (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 140). Os autores explicam o objetivo do estudo desenvolvido neste artigo: “nossa perspectiva com vistas à compreensão da unidade familiar em suas formas de inserção no território fundou-se na análise da construção das estratégias de reprodução” (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 141). Os autores contextualizam a estratégia adotada pelos agricultores:

A análise das estratégias de reprodução das famílias rurais se inscreve no quadro das indagações e do debate sobre a persistência das explorações familiares diante do modo de produção capitalista, que se associa cada vez mais às recentes transformações do mercado de trabalho no meio rural, marcado pelo crescimento *das atividades não-agrícolas* (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 140)

Sobre as “estratégias de reprodução”, os autores destacam a relevância do estudo do caso dos agricultores da Encosta da Serra Geral de Santa Catarina:

No contexto da região Sul, em Santa Catarina, agricultores familiares se engajam em diferentes estratégias de reprodução social associadas ao projeto de produção orgânica coordenado pela Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (Agrego). (...) A associação busca construir estratégias socioeconômicas alternativas para as famílias rurais, baseadas no tripé agroecologia, agroindústria e agroturismo. (...) Construído em meio a um campo de disputas em torno de concepções distintas de desenvolvimento, o território da Encosta da Serra Geral forja-se, em grande medida, das opções de renda e ocupações das famílias rurais. Apesar de a Agrego ser um núcleo de convergência de iniciativas, outros projetos de desenvolvimento estão presentes no território, como aquele voltado ao crescimento das áreas de reflorestamento, aquele adotado por algumas famílias de continuar na cadeia agroindustrial do fumo e aquele de exploração turística sem vinculação à Associação Acolhida na Colônia ou à agricultura (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, pp. 137-141).

AS ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

As famílias vinculadas ao projeto de desenvolvimento articulado pela Agrego, têm elaborado um conjunto de estratégias que afirmam a identidade do agricultor como produtor de alimentos e garantem uma produção (econômica e social) em torno do patrimônio familiar. Os autores identificam três conjuntos de estratégias abarcando os âmbitos social, produtivo, econômico e ambiental, as quais giram em torno de escolhas, em primeiro lugar, do espaço de desenvolvimento ecológico; em segundo lugar, da gestão da unidade e mão-de-obra familiar; e da articulação entre atividades agrícolas e não-agrícolas.

Quanto ao espaço de desenvolvimento ecológico, essa escolha baseia-se na filiação à associações e redes de parceria de proposta ecológica e a iniciativas de *produzir organicamente, realizar o beneficiamento do produto em pequenas agroindústrias rurais e oferecer serviços turísticos*. Para a constituição dessa rede de parcerias, houve a ampliação do espaço da Agrego através da criação de um espaço *intra-institucional*, formado pela

Cooperativa de Profissionais e Crédito, Centro de Formação da Encosta da Serra Geral, Fórum de Desenvolvimento (substituído gradativamente pela ADS – Associação de Desenvolvimento Sustentável) e Associação Acolhida na Colônia. Cada uma dessas instituições busca consolidar espaços que garantam o processo de desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução implementadas pela Agreco e pelas famílias rurais.

Além desses espaços, as famílias rurais, ao elaborar suas estratégias de reprodução, passam a conviver num espaço intrainstitucional constituído por diferentes projetos e programas, com destaque, entre outros, ao projeto Piamer4 (Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede), à Merenda Escolar, ao Programa Desenvolver (Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção) e ao Programa de Certificação em Grupo (Ecoccert). Assim, as famílias associadas à Agreco têm em comum a opção de transitarem em um novo espaço, que se difere muito dos âmbitos familiar e comunitário aos quais os indivíduos tradicionalmente pertenciam e pertencem.

Também vale destacar que com a atuação relevante da associação de produtores ecológicos e a presença regular de turistas atraídos pelo agroturismo têm possibilitado a criação de uma consciência ecológica. Esta última é expressa na ampliação do número de agricultores que desenvolvem a agricultura orgânica ou, ao menos, procuram reduzir a contaminação de agrotóxicos em suas produções.

No que se tange ao plano do trabalho familiar, a reflexão sobre estratégias leva à discussão sobre as concepções em torno da agricultura familiar. Trata-se de unidade social que se reproduz em regime de economia familiar, no qual os membros compartilham um mesmo espaço, possuem um pedaço de terra e mantêm vínculos de parentesco ou consanguinidade.

Apesar dos membros das famílias exercerem variadas atividades e apesar das unidades familiares da região serem predominantemente pequenas (compostas por pai, mãe e dois filhos), a mão-de-obra permanece centrada na rede familiar. Assim, tanto no espaço das agroindústrias como nas unidades que oferecem serviços turísticos, a mão-de-obra permanece familiar apesar da introdução de novas atribuições e, por vezes, dos conflitos advindos na desestruturação hierárquica familiar anteriormente constituída. Por isso, apesar da diversificação de atividades e fontes de renda, essas unidades de produção permanecem atreladas à rede familiar, que lhes assegura acesso à terra, força de trabalho, além de fundamentar as expectativas e projetos futuros.

No que se refere ao terceiro conjunto de estratégias, os membros das famílias de agricultores afiliados à associação têm, em grande parte dos casos, como ocupação principal a atividade agrícola e mesmo o universo de atividades não-agrícolas inseridos pelo projeto de desenvolvimento e parcerias vinculadas (agroindústria familiar¹, agroturismo², comercialização) é formado por ocupações que se originam na agropecuária ou, ainda,

¹ O processamento de produtos no estabelecimento dos pequenos agricultores constitui uma alternativa apropriada para agregar valor ao produto e complementar renda. O problema do processamento de alimentos pelos pequenos produtores está nas exigências sanitárias, nada condizentes com sua realidade, mas sim com aquela das grandes indústrias de alimentos. O pequeno produtor desenvolve em princípio um cuidado de tipo mais artesanal com os alimentos. Por outro lado, o investimento em agroindústria familiar é bastante alto e os agricultores nem sempre dispõem de recursos para tal fim.

² A alternativa de turismo rural soa como uma boa forma de diversificar a renda dos agricultores familiares. Entretanto, o exame da experiência dos agricultores familiares da serra catarinense leva à proposição de algumas ressalvas desta alternativa. Primeiramente, analisando do ponto de vista dos consumidores deste serviço, em geral, pode-se acreditar que eles sejam residentes de áreas urbanas, tendo como objetivo buscar uma alternativa de lazer que mescle aventura, conhecimento e bonança. Além desta perspectiva, este turista deve esperar encontrar um conforto razoável para sua visita. Por outro lado, o site da [Acolhida da Colônia](#) destaca atrativos do turismo rural na região: a paisagem constitui um ambiente bucólico que se une à valorização de uma identidade cultural local que acentua a alimentação, a arquitetura, o artesanato e o modo de vida em geral. A associação favorece a adoção de padrões de qualidade. O maior problema desta alternativa se refere aos investimentos que agricultores familiares devem realizar para implantar

por ocupações relacionadas à manutenção direta da unidade familiar. Assim, os autores concluem que essas unidades familiares poderiam ser consideradas pluriativas, na medida em que combinam mais de uma atividade e possuem mais de uma fonte de renda.

No âmbito das estratégias econômicas, a produção agropecuária é a principal fonte de renda no seio das unidades familiares. Apesar de beneficiarem seus produtos e de colocá-los no mercado de forma transformada, para a maioria das famílias, a principal atividade remunerada e a garantia da reprodução social permanece sendo atribuída à atividade agrícola propriamente dita. Já a produção alimentar destinada ao consumo familiar foi considerada como fonte indireta de renda, não sendo considerada prioritária por não ser reconhecida como produção agrícola e por não ser voltada ao mercado.

Entretanto, algumas unidades familiares, estão cada vez mais se orientando para a produção exclusiva de um produto (em especial a cana), abrindo mão do cultivo de outras lavouras, destinadas ou não ao consumo da unidade. Essa tendência se deve, sobretudo, à reduzida força de trabalho e à ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo orgânico. Assim, pode-se dizer que estas famílias optaram pela diversificação de atividades em detrimento de uma diversificação da produção. Essa escolha traz duas consequências: aumento das compras no mercado local e dependência em relação a um produto chave no mercado.

Assim, os autores constataram que a diversificação de combinações de atividades não corresponde automaticamente à diversificação na produção e que este fenômeno se explica em parte pela necessidade de atender a demanda em matéria-prima das agroindústrias e, em parte, pela estrutura familiar e pela estrutura tecnológica. Contudo, para os membros das famílias, a diversificação de atividades, acompanhada de uma maior importância atribuída à transformação agroindustrial ou à prestação de serviços, não acarreta a perda da identidade do agricultor.

CONCLUSÕES SOBRE O CONTEXTO DA REGIÃO

Os autores concluem sobre as estratégias adotadas pelos agricultores:

As estratégias são elaboradas e concretizadas, na prática, pelas decisões dos atores em função da disposição do ambiente externo, não podendo ser simplesmente consideradas causais nem teleológicas³. As estratégias refletem as escolhas e decisões dos indivíduos em relação às famílias e da família em relação aos indivíduos, ou da sociedade sobre as famílias e das famílias sobre a sociedade (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 141-142).

Sobre o processo de desenvolvimento rural da região de Serra Geral, os autores concluem:

Esse processo ocorre graças à atribuição de valor a outras funções da agricultura além da produção primária (...). Dessa forma, concebe-se a agricultura em duas dimensões: a produtiva, que fornece alimentos de origem vegetal, animal ou transformados aos mercados ou ao autoconsumo, e a dimensão além da produção, que abarcam atividades recentemente valorizadas e inseridas no espaço rural, como aquelas relativas à preservação dos recursos naturais, conservação das paisagens, qualidade dos alimentos, dinamização e reprodução da agricultura familiar graças à criação de ocupações e à dinamização do território. Esse modelo multifuncional de agricultura constitui, então, uma ruptura com as lógicas produtivistas, reconciliando produção com papéis ambientais e sociais da agricultura (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 156)

serviços de turismo rural. Assim, políticas públicas e a organização coletiva são fundamentais para o desenvolvimento de um polo de agroturismo como aquele da Serra Geral Catarinense.

³ Teleologia: s.f. Filosofia. Conjunto das especulações que se aplicam à noção de finalidade e às causas finais (fonte:<<http://www.dicio.com.br/teleologia/>>)

SOBRE PLURIATIVIDADE, MULTIFUNCIONALIDADE E ATIVIDADES PARA-ARGÍCOLAS

Sobre pluriatividade, os autores dialogam notadamente com Schneider, mas também com outros estudiosos da questão. Partindo das elaborações no campo das ciências sociais relativas à pluriatividade, percebe-se que os autores engajados nessa reflexão destacam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares no contexto da modernização da agricultura brasileira. Essas estratégias se desenvolvem a fim de ajustar as unidades familiares de produção agrícola às circunstâncias socioeconômicas que lhes são totalmente desfavoráveis. A pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, lógicas que favorecem a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social. Trata-se antes de uma acomodação desconfortável num terreno hostil (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 152-153).

Sobre multifuncionalidade, os autores comentam:

A elaboração do quadro de referências em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura molda-se paralelamente ao debate sobre o desenvolvimento sustentável. Assim, as ideias em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura convergem para uma reorientação da política agrícola. Trata-se de apoios aos agricultores a fim de que desempenhem papéis em favor da preservação do meio ambiente, da coesão social, do equilíbrio territorial, da qualidade dos alimentos, entre outros. Obviamente, a aplicação de políticas desse tipo exige uma profunda revisão dos valores relativos ao consumo e à produção, o que implica a superação do pressuposto segundo o qual produzir mais significa necessariamente produzir melhor (...) (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 153).

Sobre atividade para-agrícola, os autores retomam que a noção de multifuncionalidade se refere, em boa medida e tomando algumas precauções, à atividade agrícola em tempo integral. Acreditam que para cumprir as funções indicadas na multifuncionalidade da agricultura, “as atividades agrícolas devem ser (...) vistas de maneira mais vasta, o que é possível com a introdução nesta formulação da ideia de ‘atividade para-agrícola’”. Trata-se da multiplicação de atividades internas, ou estreitamente associada, à unidade de produção” (Lacerda e Moruzzi Marques, 2008, p. 154).

Os autores, por fim, diferenciam pluriatividade, atividade para-agrícola e multifuncionalidade da agricultura:

No Brasil, alguns estudos, muito recentemente, se têm referido às atividades não-agrícolas realizadas dentro do estabelecimento rural como “para-agrícola” (...) De nosso ponto de vista, convém tornar esse campo de análise mais límpido, excluindo as atividades para-agrícolas daquelas consideradas como pluriativas. De tal modo, atividades em agroindústria, em turismo rural ou em preservação ambiental, desde que sejam associadas à unidade familiar de produção, podem ser interpretadas de maneira mais apropriada, caso identificadas como para-agrícolas. (...) A propósito, em seus estudos sobre os agricultores franceses, Bernard Roux e Estelle Fournel não fazem referência à pluriatividade para os casos em que os agricultores exerçam suas (diversas) atividades em tempo integral em suas unidades. Aliás, os autores consideram que, nessas circunstâncias, a diversificação de atividades se inscreve claramente no âmbito da multifuncionalidade da agricultura (Lacerda e Moruzzi Marques, p. 154).

No XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, ocorrido em Uberlândia (MG), Bispo e Mendes discutem o tema da pluriatividade na agricultura notadamente com o suporte das elaborações de Abramovay.

[...] ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas [...] (Abramovay, 2000, Apud Bispo e Mendes, 2012, p. 3)

Convém para concluir apresentar algumas iniciativas e experiências que se apresentam como novas oportunidades para a agricultura familiar. Neste âmbito, em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Agrário

(MDA) criou o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) a fim de aumentar a visibilidade dos produtos oriundos da agricultura familiar para a população brasileira. Para a obtenção do Sipaf, é necessário dispor da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), dentro do prazo de validade. Para empresas, cooperativas e os próprios agricultores familiares (pessoa física) sem DAP, deve-se comprovar que, pelo menos, 50% das despesas com a aquisição da matéria-prima principal do produto em questão tenha origem na agricultura familiar. Esse selo vem ganhando importância, visto que, em janeiro de 2015, mais de 100 mil agricultores familiares se beneficiam com o Sipaf.⁴

A experiência de Mandira também revela novas oportunidades para agricultores familiares ou comunidades Quilombolas. Criada em 2002, localizada em Cananéia/SP, a Resex Mandira⁵ é manejada por 27 famílias quilombolas em território historicamente utilizado para prática de agricultura e extrativismo (palmito e madeira). Hoje as atividades centrais da Resex são a criação e extração de ostras (realizada há mais de 30 anos) e o ecoturismo. A população é organizada em associações e “grupos” (Turismo, Jovens, Mulheres, Esporte). Os criadores de ostras estão organizados em uma cooperativa, fundada em 1997/98, a Cooperostra. Sua efetivação foi o resultado dos esforços dos próprios quilombolas e de financiamento do MMA. A gestão da cooperativa, inicialmente terceirizada, foi assumida pelos cooperados a partir de processo de capacitação, coordenada pela “Associação dos Moradores do Mandira” e “Fundação Florestal”, com recursos oriundos do “Fundo Brasileiro para a Biodiversidade” em 2001. Em 2002, a Cooperostra foi reconhecida pela “Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável” (mesmo ano da criação da Resex) como promotora do desenvolvimento do território e preservação do Bioma Mata Atlântica. As atividades de ecoturismo procuram envolver os jovens da comunidade. Trata-se sobretudo de visitação das áreas de extrativismo, convívio na comunidade, gastronomia local. A contribuição gerada pelo turismo ocorre pela aproximação de turista com a comunidade, o que permite valorizar a alimentação e artesanato local. Em suma, a comunidade de Mandira abandonou as atividades incompatíveis com a conservação do território para, através de incentivos e tecnologias apropriadas, compor um quadro de gestão multifuncional (preservação e desenvolvimento local) de um ecossistema. A manutenção da biodiversidade e desenvolvimento da comunidade da Resex é resultado de duas fontes: (1) trabalho e organização da própria comunidade (associações, cooperativa e promoção turística de seu território como forma de aproximação de consumidores e reconhecimento) e (2) investimentos da União (MMA), sociedade civil (FUNBIO) e academia (USP) em forma de infra-estrutura e capacitação da comunidade (financiamentos, treinamentos e pesquisas).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BISPO, Cláudia Luiz de Souza; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Rural/Urbano e Campo/Cidade: Características e Diferenciações em Debate. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios Em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia – MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre de e MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo de. Agricultura orgânica, representação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da serrageral em Santa Catarina. In: Ruris. Volume 2, n. 2. Set. 2008. P. 137-158.

⁴ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/selo-valoriza-produ%C3%A7%C3%A3o-e-beneficia-mais-de-100-mil-agricultores-familiares>

⁵ A Reserva Extrativista (Resex) é definida como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Sua criação visa a proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da unidade. A pesquisa é permitida e incentivada, desde que haja prévia autorização do Instituto Chico Mendes.” Tal definição é encontrado no “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” (SNUC).